



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU
CNPJ: 05.296.298/0001-42
Rua Coronel Cortez Maciel, s/n. Centro, Icatu – MA



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ENTE LICITANTE: MUNICÍPIO.

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU – MA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTENCIOSOS E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL EM TODOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL COM O FIM DE RECUPERAR OS VALORES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA.

ENTE INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação de uma empresa para a realização de serviços advocatícios contenciosos e acompanhamento processual em todos os graus de jurisdição da Justiça Federal, com o objetivo de recuperar valores de Imposto sobre a Renda pagos indevidamente ou a maior por órgãos públicos, surge em diversos contextos:

1. **Complexidade Jurídica e Técnica:** A legislação tributária brasileira é extremamente complexa e está em constante mudança. As normas que regulam o Imposto sobre a Renda e os procedimentos para sua recuperação exigem conhecimento técnico aprofundado e especializado. Administração não dispõe de uma equipe interna com a expertise necessária para lidar com questões tão específicas, o que justifica a contratação de advogados especializados.
2. **Volume de Processos:** a administração lida com um volume considerável de processos administrativos e judiciais. O acompanhamento de todos esses processos em diferentes instâncias requer uma estrutura robusta e dedicada, que nem sempre é viável manter internamente.
3. **Necessidade de Eficiência:** O tempo e a eficiência são cruciais na recuperação de valores pagos indevidamente, pois há prazos legais a serem cumpridos para evitar a prescrição. Advogados especializados em contencioso possuem a experiência necessária para conduzir esses processos com a agilidade necessária, evitando perdas financeiras significativas para o órgão público.



4. Redução de Riscos: A atuação de profissionais especializados minimiza os riscos de erros processuais e de interpretação legal, o que poderia resultar em prejuízos para o órgão público. A contratação de uma empresa externa oferece uma garantia adicional de que os processos serão conduzidos conforme as melhores práticas jurídicas.

5. Economia de Recursos: Embora a contratação de uma empresa externa envolva custos, muitas vezes, essa decisão é mais econômica do que manter uma equipe interna especializada, principalmente quando se considera o custo-benefício da recuperação de grandes valores de Imposto sobre a Renda.

6. Capacidade de Negociação e Defesa: Em casos de contencioso, é essencial contar com advogados que tenham habilidade para negociar acordos, interpor recursos e defender os interesses do órgão público em todas as instâncias. A experiência e o histórico de sucesso de uma empresa contratada podem ser determinantes para o desfecho positivo das ações.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada é justificada pela necessidade de garantir uma defesa técnica eficaz, minimizar riscos e maximizar a eficiência na recuperação de valores de Imposto sobre a Renda, cumprindo com as obrigações legais e financeiras do órgão público.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa a ser contratada deve possuir comprovada expertise na área, com especialização em contencioso judicial, demonstrando experiência em processos judiciais, especialmente em casos relacionados à recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município, dispendo de uma equipe composta por advogados especializados, auditores e consultores com conhecimentos em contabilidade e gestão financeira pública.

Possuir infraestrutura tecnológica e administrativa adequada para a gestão de um grande volume de processos judiciais, com atuação em múltiplos graus de jurisdição incluindo tribunais superiores, bem como possuir uma equipe de advogados qualificados e com capacidade para atender a demanda específica do contrato, garantindo acompanhamento contínuo e dedicado dos processos.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diversas soluções no mercado podem atender à necessidade da contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos. Essas soluções variam em termos de especialização, abrangência de serviços, e metodologias utilizadas, algumas das principais soluções disponíveis:



1. Escritórios de Advocacia Especializados: escritórios de advocacia possuem departamentos especializados com experiência comprovada, grande capacidade operacional e recursos humanos.
2. Consultorias Jurídicas Especializadas: são empresas que combinam consultoria jurídica com auditoria e gestão de processos na área de direito tributário.
3. Plataformas e Softwares Jurídicos: são softwares que auxiliam na gestão e acompanhamento de processos jurídicos, otimizando a eficiência operacional, com automação de tarefas, relatórios detalhados, maior controle dos processos.

No presente caso se entende como a melhor solução, a contratação de Escritórios de Advocacia Especializados, com experiência comprovada, grande capacidade operacional e recursos humanos.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A terceirização na contratação de serviços advocatícios através de Escritórios de Advocacia Especializados, apresenta-se como a melhor solução, especialmente sob os pontos de vista técnico e econômico, conforme detalhado a seguir:

Expertise Específica: Escritórios de advocacia especializados, bem em contencioso judicial possuem a expertise necessária para lidar com a complexidade dos processos de recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município. Esses profissionais têm conhecimento aprofundado das leis, regulamentos e jurisprudência aplicáveis, o que aumenta as chances de sucesso nas ações judiciais.

Modelo de Remuneração Baseado em Resultados: Muitas empresas especializadas oferecem modelos de remuneração baseados em resultados, como honorários de sucumbência ou pagamento de um percentual sobre os valores recuperados. Isso alinha os interesses da empresa com a administração, incentivando a máxima recuperação de valores.

Neste sentido, a terceirização dos serviços advocatícios visa a recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo município do ponto de vista técnico e econômico, oferecendo acesso a expertise especializada, uma melhor eficiência operacional, redução de custos, aumentando a flexibilidade e adaptação, melhorando a qualidade dos serviços e mitigando riscos, contribuindo para a sustentabilidade financeira e a melhoria contínua dos serviços de saúde prestados à população.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES*

As quantidades foram definidas com base na necessidade do Município.



ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO*

Segue abaixo a estimativa do valor da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	VALOR (%) *
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços advocatícios contenciosos e acompanhamento processual em todos os graus de jurisdição da Justiça Federal com o fim de recuperar os valores do Imposto sobre a Renda.	Honorários	R\$ 0,17

* Esse valor representa o pagamento de honorários de R\$ 0,17 a cada R\$ 1,00 de incremento fruto da contratação.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O critério de adjudicação global é ideal nos de contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município por várias razões que abrangem aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

Comprometimento com os Resultados: Um contrato global incentiva a contratada a estar mais comprometida com os resultados finais, já que a sua remuneração e continuidade do contrato dependem do sucesso do processo.

Responsabilidade Centralizada: Com a adjudicação global, a gestão de riscos é centralizada, facilitando a identificação, monitoramento e mitigação de riscos ao longo do projeto.

Continuidade e Consistência: A adjudicação global assegura a continuidade e a consistência dos serviços, sem interrupções ou desvios de qualidade.

O critério de adjudicação global é ideal para a contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município devido à sua capacidade de melhorar a eficiência na gestão, reduzir custos, garantir a qualidade do serviço, facilitar a gestão de riscos, e assegurar transparência e flexibilidade.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Com base em uma visão global do órgão ou entidade pública foi identificado que não existem contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da desta contratação.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A terceirização da contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município visa alcançar uma série de resultados positivos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros.

1. Resultados de Economicidade

a. Maior Eficiência no Uso de Recursos

Otimização de Recursos Humanos: Liberação da equipe jurídica interna para focar em outras questões prioritárias e estratégicas, melhorando a eficiência global do departamento jurídico da Prefeitura.

Aproveitamento de Expertise Externa: Utilização da expertise e das tecnologias avançadas da empresa terceirizada para garantir a execução eficiente e eficaz das tarefas.

2. Resultados de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

a. Maximização da Capacidade Técnica Interna

Foco nas Atividades Estratégicas: A equipe jurídica interna da Prefeitura pode concentrar-se em questões estratégicas e prioritárias, em vez de ser sobrecarregada com a gestão de processos de recuperação de valores.

b. Redução de Sobrecarga de Trabalho

Distribuição Equilibrada de Tarefas: Com a terceirização, a carga de trabalho é redistribuída, evitando sobrecarga e estresse na equipe interna, o que pode levar a um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

c. Melhoria na Gestão de Processos

Acesso a Ferramentas Avançadas: Empresas terceirizadas utilizam ferramentas e tecnologias avançadas de gestão de processos, melhorando a qualidade e a eficiência na condução dos casos.

Especialização e Conhecimento: A expertise da empresa contratada garante uma abordagem mais especializada e precisa na gestão dos processos de recuperação de valores.

3. Resultados de Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais e Financeiros

a. Uso Eficiente de Tecnologia



Tecnologia de Ponta: A terceirização permite o acesso a tecnologias de ponta utilizadas pelas empresas especializadas, como softwares de gestão jurídica e ferramentas de auditoria automatizada, sem a necessidade de investimentos diretos pela Prefeitura.

Atualização Contínua: Empresas terceirizadas mantêm suas tecnologias e metodologias atualizadas, garantindo que os processos sejam conduzidos de maneira eficiente e conforme as melhores práticas do mercado.

b. Otimização dos Recursos Financeiros

Modelo de Remuneração Baseado em Resultados: O pagamento baseado em resultados, como honorários de sucumbência ou percentuais sobre os valores recuperados, garante que os recursos financeiros da Prefeitura sejam utilizados de forma eficiente e direcionada para o alcance de resultados concretos.

Aumento da Recuperação de Valores: A expertise e a eficiência da empresa contratada aumentam as chances de recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município, resultando em um impacto financeiro positivo para a Prefeitura.

A terceirização da contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município proporciona resultados significativos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros. Esses resultados incluem a redução de custos operacionais, otimização da capacidade técnica interna, melhor uso da tecnologia, e um impacto financeiro positivo devido ao aumento da recuperação de valores.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Antes da celebração de um contrato de terceirização para contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município é fundamental adotar uma série de providências, bem como adequações no ambiente organizacional. Essas medidas são essenciais para assegurar a transparência, eficiência e conformidade no processo de contratação e execução da contratação.

1. Orientação e Designação de Fiscais de Contrato:

Orientação: Antes de tudo, é crucial oferecer orientação para os servidores ou empregados que atuarão na fiscalização e gestão do contrato. Essas orientações devem abranger legislação sobre licitações e contratos administrativos (Lei 14.133/2021), gestão e fiscalização de contratos, além de temas específicos sobre padrões de qualidade e especificações técnicas.



2. Elaboração de Termo de Referência ou Projeto Básico Detalhado:

É imprescindível a elaboração de um termo de referência ou projeto básico detalhado, onde serão estabelecidas as especificações técnicas da contratação.

3. Transparência:

Promover a transparência em todas as etapas do processo, disponibilizando informações pertinentes sobre o contrato e sua execução de forma acessível ao público.

Além disso, implementar adequadamente essas providências antes da celebração do contrato de terceirização é vital para o sucesso e eficiência da contratação, garantindo não apenas a conformidade com a legislação, mas também a satisfação das necessidades dos órgãos públicos.

IMPACTOS AMBIENTAIS

Embora a contratação de serviços advocatícios para recuperação de valores do Imposto sobre a Renda, relativo aos bens e serviços prestados que não foram tempestivamente retidos pelo Município seja essencialmente uma atividade administrativa e jurídica, ainda assim, pode ter impactos ambientais.

Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, é importante considerar os possíveis impactos e adotar medidas para minimizá-los. A seguir, são identificados os possíveis impactos ambientais e as ações para mitigá-los:

1. Impactos Potenciais

a. Consumo de Recursos Materiais

Papel e Impressão: A preparação e gestão de documentos jurídicos podem demandar um alto consumo de papel e impressões, contribuindo para o desmatamento e aumentando a geração de resíduos.

Materiais de Escritório: O uso de materiais de escritório como canetas, pastas, cliques e outros itens contribui para o consumo de recursos e a geração de resíduos.

b. Consumo de Energia

Equipamentos Eletrônicos: A utilização intensiva de computadores, impressoras, scanners e outros equipamentos eletrônicos consome energia elétrica, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa, especialmente se a matriz energética local for baseada em combustíveis fósseis.



c. Gestão de Resíduos

Resíduos Sólidos: A geração de resíduos sólidos, incluindo papel, plásticos e equipamentos eletrônicos obsoletos, pode ter um impacto ambiental significativo se não for gerida adequadamente.

2. Medidas de Mitigação

a. Redução do Consumo de Papel e Materiais

Digitalização de Documentos: Implementar a digitalização de documentos e a utilização de assinaturas eletrônicas para reduzir a necessidade de impressão e o uso de papel.

Política de Impressão Sustentável: Adotar políticas de impressão sustentável, como impressão frente e verso, uso de papel reciclado e redução do número de cópias impressas.

b. Eficiência Energética

Equipamentos Eficientes: Utilizar equipamentos eletrônicos com certificação de eficiência energética. Incentivar o desligamento de equipamentos eletrônicos quando não estiverem em uso e a implementação de modos de economia de energia.

c. Gestão Sustentável de Resíduos

Reciclagem e Reutilização: Implementar programas de reciclagem e reutilização de materiais, garantindo a destinação adequada de resíduos sólidos e eletrônicos.

Descarte Responsável: Estabelecer parcerias com empresas especializadas para o descarte responsável de equipamentos eletrônicos obsoletos e outros resíduos perigosos.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO*

O parecer final é pela necessidade da contratação da solução pretendida, diante das disponíveis, com base nas quantidades e preço estimado, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.


Jayzon Torres Chaves

Secretaria Municipal de Administração